

Diretor: Delmiro Carreira

Diretores Adjuntos: Anibal Ribeiro, Carlos Marques, Horácio Oliveira, Teixeira Guimarães e Tomaz Braz

Nobel fala
de desigualdade
em Lisboa



Adeus BANIF, olá BST

Postos de trabalho salvaguardados

4

10

The logo for Santander Totta, featuring a stylized flame icon and the text "Santander Totta".

ACT dos Seguros
já está em vigor





Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico: revista.febase@gmail.com

Diretor:
Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:
Aníbal Ribeiro – SBC
Carlos Marques – STAS
Horácio Oliveira – SBSI
Teixeira Guimarães – SBN
Tomaz Braz – SISEP

Conselho Editorial:
Firmino Marques – SBN
Jorge Cordeiro – SISEP
Patrícia Caixinha – STAS
Rui Santos Alves – SBSI
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Elsa Andrade

Redação e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 090/062
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Ére, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 61.410 exemplares (sendo 5.410 enviados por correio eletrónico)

Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

18 SBSI – Bancários do Sul e Ilhas

21 STAS – Actividade Seguradora

24 SBC – Bancários do Centro

26 SBN – Bancários do Norte

30 SISEP – Profissionais de Seguros



Teixeira Guimarães



ATUAL Prémio Nobel em Lisboa	
Joseph E. Stiglitz: “A desigualdade é uma escolha política”	4
O Sr. Anti-austeridade	5
ATUAL Conselho Geral	
Conselheiros aprovam Plano de Atividades e Orçamento	6
ATUAL Banca	
Banif vendido ao Santander Totta:	
Trabalhadores mantêm emprego	8
CONTRATAÇÃO Seguros	
Novo ACT já está em vigor!	10
CONTRATAÇÃO Banca	
Ano começa sem grandes novidades	12
QUESTÕES Jurídicas	
Alterações legislativas: influência nos rendimentos	13
TEMPOS LIVRES Nacional	
Bowling: Jerónimo Fernandes campeão	14
Febase estabelece protocolos com farmácias	14

EDITORIAL

Infelizmente não temos é gestores que reconheçam o esforço dos trabalhadores bancários que, com o seu esforço, dedicação e empenho conseguiram fazer da banca portuguesa o que é hoje

BPP, BPN, BES, BANIF...
Que mais nos irá acontecer?

Os últimos anos têm vindo a ser surpreendentes por acontecimentos anómalos verificados no setor bancário, setor que durante muitos anos olhava para os seus responsáveis como pessoas acima de qualquer suspeita, merecedoras de todo o respeito e, se calhar, merecedoras da submissão por parte de todos. Primeiro foi o Banco Privado Português, apanhado no turbilhão da “guerra” do BCP que, segundo uns seria de acionistas, segundo outros de grupos de interesses organizados. E o que aconteceu? O banco encerrou-se. Os seus administradores arrastam, em tribunal, processos prolongados e o seu primeiro responsável é comentador de uma televisão para a área do setor económico. Seguiu-se o BPN, um processo que uns dizem ser de caráter político, outros dizem ser de má gestão. As audiências judiciais prolongam-se e os eventuais responsáveis usam todos os artefactos para se defenderem. Deste modo se eterniza um processo que se esperava célere e exemplar para os prevaricadores, se eventualmente existirem, obrigando assim a justiça a protelar no tempo uma decisão que deveria ser rápida e efetiva.

A seguir apareceu o BES
BES que é hoje caso de estudo a nível mundial, dadas as proporções atingidas num processo que uns dizem ser devido à megalomania de um homem a quem todos prestavam vassalagem, que outros dizem ser devido a um conjunto de indivíduos que não ousavam dizer “não” a tudo aquilo que aquele pensava e mandava executar, e que outros ainda dizem ser culpa da classe política que disputava benesses para se sentar à mesa do poder e desfrutar das mais-valias que, de forma artificial ou não, se obtinham em todo o processo por que este banco passou.

E agora o BANIF
BANIF que, de tão recente, ainda pouca gente se atreve a pronunciar, dada a dimensão atingida pelo colapso deste banco. Se uns dizem que se deve ao não entendimento dos acionistas de referência, outros dizem que se deve às divergências verificadas entre os familiares dos detentores maioritários do capital do banco. E agora apetece perguntar o que andaram a fazer durante estes anos todos as entidades reguladoras existentes em Portugal. Como foi possível que um grupo minoritário de acionistas, ou responsáveis pela gestão destes bancos, os conduzissem a esta situação?

E que a troika (FMI, BCE e CE), que foi pressurosa defensora das alterações da legislação laboral como única panaceia para a resolução dos problemas do País, não se tenha apercebido de todas estas situações, denunciando-as atempadamente e evitando que tenham atingido as proporções que atingiram? Seriam os trabalhadores, bem como as leis que se lhes aplicavam, os responsáveis pela situação a que o setor bancário chegou em Portugal? Temos a certeza que não. Temos a certeza de que foram os que mais sofreram pelo descalabro que atingiu o setor. Temos a certeza que se a banca ainda é o que é neste momento em Portugal, se deve ao esforço dos seus trabalhadores e sua dedicação e empenho para continuar a defender o setor. Como também temos a certeza que ainda há, como sempre existiram, gestores no setor bancário capazes e responsáveis para ultrapassarem as dificuldades que se lhes colocam no dia-a-dia. Infelizmente não temos é gestores que reconheçam o esforço dos trabalhadores bancários que, com o seu esforço, dedicação e empenho conseguiram fazer da banca portuguesa o que é hoje.

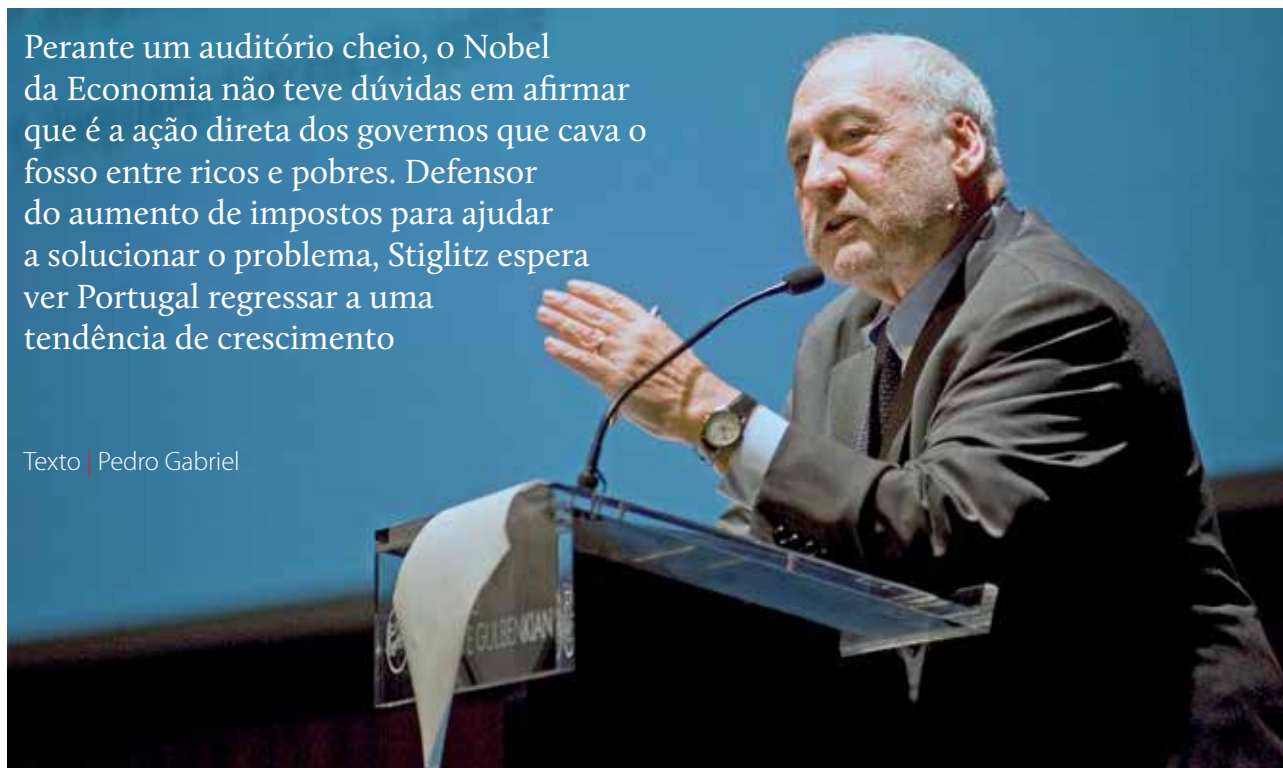
Apetece perguntar:
Até quando isto acontecerá?
Até quando os trabalhadores permitirão que isto aconteça?
A resposta não cabe aos gestores. A resposta terá que ser dos trabalhadores!

Joseph E. Stiglitz

“A desigualdade é uma escolha política”

Perante um auditório cheio, o Nobel da Economia não teve dúvidas em afirmar que é a ação direta dos governos que cava o fosso entre ricos e pobres. Defensor do aumento de impostos para ajudar a solucionar o problema, Stiglitz espera ver Portugal regressar a uma tendência de crescimento

Texto | Pedro Gabriel



O grande auditório da Fundação Calouste Gulbenkian encheu-se no dia 1 de dezembro para a conferência “Desigualdade num Mundo Global”, que contou com a presença de Joseph E. Stiglitz, prémio Nobel da Economia em 2001 e uma das vozes mais críticas da austeridade.

Apesar de abordar a problemática da desigualdade um pouco por todo o mundo, Stiglitz centrou-se no exemplo dos EUA onde, nas palavras do próprio, a vê todos os dias.

A costela norte-americana do economista, nascido e criado em Gary, uma cidade industrial do estado do Indiana, puxou ao enaltecimento da potência para o melhor e para o pior, muitas vezes na mesma frase. “Os EUA fazem tudo maior e melhor do que os outros países e criamos mais desigualdade do que em qualquer outro país avançado”.

Afável, carismático, sério quando tem de sê-lo mas com leves toques humorísticos que arrancaram gargalhadas tímidas da plateia, Stiglitz foi mais professor em aula que orador em conferência.

O PERIGO DO MODELO AMERICANO

Para Joseph Stiglitz, países que sigam alguns dos exemplos do modelo económico americano arriscam-se a terem tanta desigualdade como os EUA. O economista afirma que o problema nos EUA nasceu durante a administração Reagan, nos anos 70, quando se criou a ideia de que as políticas mais favoráveis às empresas, ao capital e aos mais ricos iriam acabar por beneficiar o resto da população.

“Uma das teorias que sempre se usou é a de que se atirmos dinheiro para o topo, toda a gente vai beneficiar. Gostava que fosse verdade porque a julgar pela quantidade de dinheiro que já atiramos ao topo, todos na América estariam bem melhor. Os salários reais no fundo da tabela nos EUA são mais baixos do que eram há 60 anos. (...) O crescimento abrandou e o único grupo que beneficiou do crescimento foram os 10% mais ricos, e, entre esses, os 1% mais ricos”, explicou.

DESIGUALDADE TRANSVERSAL

A desigualdade não está presente apenas na vertente económica e financeira dos países, sendo antes transversal a várias áreas da sociedade. Joseph Stiglitz volta a dar o exemplo norte-americano. “Somos dos poucos países a não reconhecer o direito de acesso a cuidados de saúde como um direito humano básico; 17% do PIB vai para cuidados de saúde e, no entanto, a esperança média de vida nos EUA é mais baixa do que em quase todos os outros países avançados”.

Na justiça também são evidentes os sinais de desigualdade, a que a grande maioria dos afro-americanos não tem acesso. “O que tem acontecido nos EUA é um aumento da desigualdade em todas as suas dimensões. Mais rendimento no topo, mais pessoas na pobreza e um esvaziamento da classe média, que tem sido fustigada”, esclareceu o Nobel.

REESCREVER LEIS

A tendência de aumento da desigualdade é, no entanto, possível de ser invertida. Para tal, Stiglitz aconselha os governos a reescreverem as leis da economia de mercado e a abandonarem as políticas de austeridade. “A desigualdade é uma escolha dos nossos sistemas políticos, (...) da forma como a economia, o sistema de impostos, as leis laborais, a política monetária, estão estruturadas”, afirmou.

“Nós sabemos que a austeridade leva a menor crescimento económico. A questão não é por isso económica, mas sim política”, defendeu.

“Com a austeridade e com o aumento do desemprego, é difícil manter um crescimento económico no futuro, porque se está a destruir capital humano produtivo”, acrescentou.

O economista defendeu o aumento de impostos sobre as empresas como alavanca para esse crescimento. “Não há nenhuma prova de que baixar os impostos sobre as empresas gera mais crescimento”, afirmou, defendendo ainda impostos mais progressivos sobre o património, como forma de gerar receitas sem aumentar a desigualdade ou prejudicar o crescimento.

PORTUGAL ENTRE OS PIORES...

Joseph Stiglitz considera que os países escandinavos estão entre os países desenvolvidos com menor índice de desigualdade, colocando Portugal no extremo oposto.

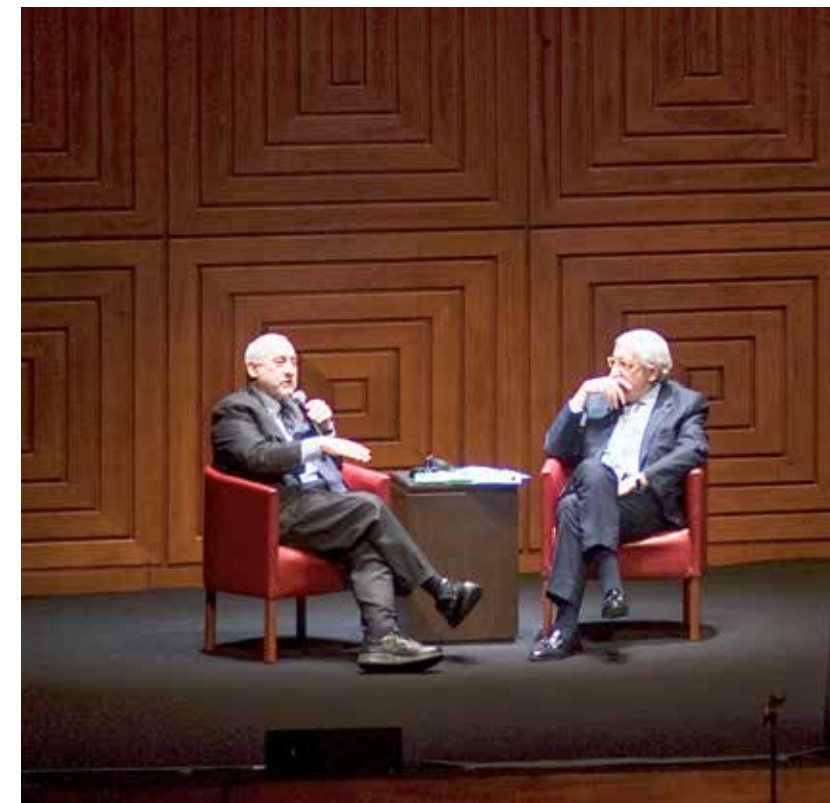
O Nobel da Economia referiu que quase todos os países da OCDE têm vindo a aumentar a desigualdade nos últimos 30 anos, em contraponto com alguns países da América Latina, como é o caso do Brasil. “Vários países têm sentido aumento nas desigualdades por causa da recessão económica. O desemprego aumenta e os salários não são bons, especialmente em países onde a austeridade tem sido mais evidente”.

... MAS PODE MELHORAR

No entanto, Stiglitz mantém-se esperançado de que Portugal consiga inverter a tendência e entre numa fase de crescimento económico, pois o país já sofreu em demasia. “A política de austeridade não só está a enfraquecer a economia atual, como está também a ameaçar a possibilidade de Portugal crescer no futuro”.

O economista volta a aplicar a receita baseada em duas medidas essenciais: investimento e aumento de impostos. “Se não houver investimento, não vai haver crescimento económico. A estratégia de crescimento tem que ter como base a possibilidade de aumentar os impostos para que não prejudiquem a economia. E eu acredito que há formas progressivas de aumentar os impostos mas que não prejudiquem os mais pobres, que é o que tem acontecido”.

Apesar de defender a ideia, Stiglitz alerta para a generalização da cobrança de impostos sobre as empresas, sugerindo antes uma redução apenas para empresas que pretendam voltar a investir no país. ■



Joseph Stiglitz, acompanhado pelo presidente da Gulbenkian Artur Santos Silva, considerou Portugal um dos países com maior índice de desigualdade

O SR. ANTI-AUSTERIDADE

Joseph Eugene Stiglitz nasceu em 1943, em Gary, Indiana, e cedo entrou em contacto com as desigualdades que viriam a tornar-se no seu principal objeto de estudo e reflexão.

Doutorou-se pelo MIT em 1967 e tornou-se professor em Yale em 1970. No mesmo ano recebeu o Prémio John Bates Clark, atribuído a economistas com menos de 40 anos que se distingam pelo seu contributo para os estudos de Economia. Lecionou em Princeton, Stanford, no MIT e em Oxford e é atualmente professor na Universidade de Columbia.

Stiglitz foi vice-presidente do Banco Mundial e consultor económico da Administração Clinton. Em 2001 recebeu o Prémio Nobel da Economia pela sua análise dos mercados com informação assimétrica e foi um dos autores principais do Relatório do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC), que partilhou o Nobel da Paz em 2007 com Al Gore.

Considerado, em 2011, como uma das 100 personalidades mais influentes do mundo, o seu trabalho tem contribuído para explicar as circunstâncias em que os mercados não funcionam e onde uma intervenção seletiva do governo pode melhorar o seu desempenho.

É um dos críticos mais ferozes das políticas de austeridade adotadas na Zona Euro e foi dos poucos a antecipar a crise internacional desencadeada em 2008.

Juntamente com nomes como Paul Krugman ou Thomas Piketty, Joseph Stiglitz é dos economistas mais respeitados em todo o mundo e autor de várias obras que se tornaram referência no mundo económico e financeiro.



Conselheiros aprovam Plano de Atividades e Orçamento

Com os documentos orientadores da estratégia para 2016 sancionados pelo Conselho Geral, a Febase compromete-se a continuar a desenvolver um elevado trabalho de acompanhamento da situação no setor financeiro e a executar as ações necessárias para minimizar os efeitos que recaem sobre os trabalhadores

MANTER APOSTA NA COMUNICAÇÃO

A publicação da revista de informação como veículo primordial na divulgação de conteúdos sindicais e de tempos livres é para ser mantida, com a mesma periodicidade.

Mas a Febase quer ir além e por isso pretende criar outras formas de comunicação entre a Federação e os associados dos Sindicatos que a compõem.

Entre os objetivos para este ano nesta área contam-se também a construção do sítio online da Federação e o incentivo aos Sindicatos para divulgarem informação através da internet.

Se em votos contra e com três abstenções, o Conselho Geral da Febase aprovou, no dia 16 de dezembro, em Lisboa, o Plano de Atividades e o Orçamento para 2016.

A situação no setor financeiro – com destaque para o Banif e o Novo Banco e a seguradora A Açoreana – dominou o debate. Os conselheiros aprovaram, por unanimidade e aclamação, uma moção de solidariedade aos trabalhadores do então ainda Banif (ver páginas seguintes).

Ao introduzir o Plano de Atividades, o secretário-geral da Federação sublinhou que as ações nele contidas são circunscritas à Febase, ou seja, das que são comuns às cinco organizações sindicais que a integram. “Cada Sindicato tem as suas próprias atividades”, frisou, ao responder a um conselheiro que considerou o documento pouco ambicioso.

Carlos Marques adiantou ainda que, tal como consta do documento, há projetos que terão continuidade em 2016, como as Caminhadas ou o concurso FotoFebase, e outros novos, como o colecionismo.

O orçamento foi apresentado pela Tesoureira, Helena Carvalheiro, que explicou aos conselheiros que se mantém o valor da quotização e as proporções já existentes para cada Sindicato.

No documento sobre o exercício deste ano – que mereceu o parecer favorável da Comissão Fiscalizadora de Contas – prevê-se para 2016 um montante global de custos 517.460,00€, a ser coberto por verba idêntica das receitas esperadas atra-

vés da venda da revista Febase, da publicidade inserta e das quotizações.

Relativamente a 2015, o Orçamento revela um aumento de custos de 18 mil euros, que Helena Carvalheiro justificou com as despesas da revista e de comunicações.

TURBULÊNCIA

No Plano de Atividades, a Febase analisa a situação no setor financeiro. “A turbulência que se regista nos setores bancário e segurador que, entre outros aspetos, tem vindo a reduzir significativamente o número de empresas e trabalhadores é, por si só, geradora de um amplo desconforto junto da Febase e dos seus Sindicatos, obrigando-os a um elevado trabalho de acompanhamento da situação e à execução de tarefas com o objetivo de minimizar os efeitos que recaem sobre os trabalhadores”, lê-se.

“Infelizmente tudo aponta para que, mais uma vez, sejam os trabalhadores a sofrer as consequências de um desvario, nalguns casos criminal, que se apossou de alguns dos banqueiros deste País, com a conivência, mais que não seja pela omissão, de quem tinha o dever de acompanhar, auditar e fiscalizar o funcionamento desses bancos. Foram demasiadas as situações e são, ainda hoje, demasiadas as incertezas”.

Face à insegurança laboral presente, a Federação garante que vai continuar a acompanhar as situações, “denunciando o que tiver de ser denunciado e propondo o que tiver de ser proposto, com o objetivo supremo de defender os trabalhadores que representa”.

E porque a função mais nobre dos sindicatos e das suas federações consiste na negociação coletiva, “esta continuará a ser uma preocupação essencial da Febase em 2016, sem no entanto colocar de lado todas as outras vertentes da sua atividade”, refere o documento.

SINDICATO ÚNICO

Além de fazer o balanço do ano que findou na banca e nos seguros, o Plano de Atividades salienta que são ainda objetivos para 2016 “continuar o debate interno que está a ser feito pelos Sindicatos que compõem a Febase com vista à criação de um sindicato único”.

Nesse sentido, é esperado que “proximamente venham a ser tomadas decisões que poderão implicar alterações no modo de funcionamento da Febase decorrentes da referida concretização”.

Uma ideia repetida no Conselho Geral por Carlos Marques, enquanto Delmiro Carreira, do SBSI, referiu a necessidade de se concretizar o projeto de SAMS único. ■

COLECIONISMO VAI COMEÇAR

Uma das novidades para 2016 é o projeto Colecionismo, Cultura e Modelismo. Trata-se da resposta da Federação ao ensejo dos sócios dos seus Sindicatos de poderem promover eventos que lhes permitam interagir, através de um interesse comum por uma atividade relacionada com a prática de organizar, selecionar, trocar e expor diversos itens por categorias, em função dos seus interesses pessoais.

No âmbito do setor financeiro sempre foi e é estimulado o colecionismo, nomeadamente em relação à numismática, papel-moeda, chapas publicitárias das seguradoras e muitos outros aspetos que certamente irão surgir tão logo a iniciativa esteja a decorrer.

São benefícios do colecionismo a interatividade, o desejo de trocar e vender, a interação e socialização entre os associados que lhes permitirá, por intermédio desta atividade, estar mais próximo dos seus Sindicatos e das problemáticas da área sindical.

Esta atividade possibilitará o aumento do reportório cultural em torno da história dos objetos colecionados, métodos de fabrico, corrente estética, etc. É no desenvolvimento desta ideia que este projeto se enquadra numa perspetiva genericamente cultural.



O edifício do ex-Banif na Av. José Malhoa, em Lisboa, já ostenta a marca BST

Banif vendido ao Santander Totta

Trabalhadores mantêm emprego

No BST ou na empresa veículo, os ex-bancários do Banif continuam no setor e com as regalias contratuais. Os Sindicatos da Febase acompanham o processo com muita atenção

Texto | Inês F. Neto

Dezembro não foi um mês fácil para os trabalhadores do ex-Banif. As notícias sobre o banco surgiam em catadupa, nem sempre verdadeiras ou coincidentes, contribuindo sobremaneira para aumentar o clima de intranquilidade e incerteza.

Face à situação, a Febase solicita de imediato uma reunião com caráter de urgência à administração, para debater as consequências para os trabalhadores deste momento conturbado da história da instituição.

Os acontecimentos sucedem-se a uma velocidade estonteante e finalmente surge o anúncio da decisão sobre a venda do Banif. O vencedor entre as propostas existentes é o Banco Santander Totta (BST).

A compra pelo Santander, um banco que pela sua conduta tem demonstrado preocupações sociais – nos últimos anos e embora sem acordo na revisão da tabela salarial procedeu a aumentos nos vencimentos mais baixos – inspira

confiança aos Sindicatos da Federação quanto ao futuro dos trabalhadores do ex-Banif.

Em comunicado, a Febase afirma esperar que “os próximos desenvolvimentos demonstrem a vontade de manter o negócio, retirando de uma vez por todas a instabilidade que tem pairado sobre os trabalhadores quanto ao seu futuro”.

No entanto, para conhecer todas as consequências do caso para os trabalhadores, a Febase solicita uma reunião ao Governo para obter esclarecimentos adicionais sobre a transação, bem como sobre o futuro da companhia de seguros Açoreana.

REUNIÃO COM GOVERNO

Com o ano prestes a terminar, a Febase é recebida no Ministério do Trabalho, a 28 de dezembro, pelos ministros das Finanças e do Trabalho e Segurança Social. No encontro estiveram também presentes os secretários de Estado do Emprego e das Finanças. Além do processo Banif, a situação dos trabalhadores da seguradora Açoreana esteve igualmente em análise.

Na reunião, os governantes foram sensibilizados para a semelhança deste caso com outros anteriores, de que resultaram perdas elevadas para os trabalhadores.

De ambas as partes, as preocupações quanto ao emprego foram o tema dominante, ficando claro que se procurariam

soluções equilibradas e potenciadoras da defesa dos postos de trabalho.

No final do encontro, os representantes da Febase estavam convictos de que este processo seria tratado de forma diferente e mais favorável para os trabalhadores.

A questão do Fundo de Pensões do Banif foi igualmente abordada, já que pelas suas especificidades requer atenção quer por parte do Governo quer dos Sindicatos da Febase.

Tratou-se de uma primeira reunião entre Executivo e Sindicatos, tendo havido por parte dos governantes o compromisso de efetuar novas reuniões, sempre que necessário, para em conjunto poderem acompanhar todo este processo.

SEGURADORA AÇOREANA

A situação dos trabalhadores da Açoreana foi também analisada. Embora a companhia de seguros apresente uma realidade diferente da do banco, será atentamente acompanhada e merecerá da parte dos Sindicatos toda a atenção.

MEIO MILHAR NA EMPRESA

Do total de trabalhadores do ex-Banif, cerca de 500 não foram transferidos para o BST, mas vão manter o emprego. A decisão foi confirmada aos Sindicatos da Febase no dia

4 deste mês, quando se reuniram com representantes da nova empresa veículo responsável pela gestão dos ativos não transacionados para o Banco Santander Totta (BST).

A reunião teve por objetivo analisar a situação dos trabalhadores do ex-Banif que para ela vão ser transferidos e cujos postos de trabalho estão salvaguardados por força das disposições resultantes do Fundo de Resolução que levou à venda ao BST de toda a área comercial do ex-Banif. Estes trabalhadores ficarão a gerir os ativos e a prestar apoio ao banco nas áreas não transitadas.

Os Sindicatos foram também informados que manter-se-á em vigor o programa de rescisões por mútuo acordo, aberto a todos os trabalhadores da empresa veículo que pretendam candidatar-se.

Relativamente aos Fundos de Pensões dos trabalhadores ficou a garantia de que nada será alterado, até porque a nova empresa pretende manter o Acordo de Empresa (AE) em vigor.

Quanto ao futuro contratual destes trabalhadores, está a ser analisada a possibilidade de a empresa subscrever o ACT do setor bancário, complementado com o AE.

Já quanto aos trabalhadores do ex-Banif nas regiões autónomas, independentemente da função que desempenhavam, transitam para o BST. ▶

Unanimidade na moção de apoio

O Conselho Geral da Febase, reunido dia 16 de dezembro em Lisboa, aprovou por unanimidade e aclamação uma moção de apoio aos trabalhadores do Banif.

Eis o seu conteúdo:

MOÇÃO

Considerando que:

No Banif vive-se hoje um dos momentos mais conturbados da história da instituição. Todos os dias são publicadas notícias sobre a situação do banco, nem sempre verdadeiras ou coincidentes.

Está em causa a manutenção dos postos de trabalho, sem que os trabalhadores tenham algo a ver com a situação a que o banco chegou.

Os trabalhadores sempre se empenharam – e continuam, apesar da incerteza em que vivem – a trabalhar arduamente na defesa quer da instituição quer dos seus postos de trabalho.

O Governo já assumiu publicamente uma posição de defesa dos depositantes, não tendo, contudo, nada referido a respeito do futuro dos trabalhadores.

O Conselho Geral da Febase, reunido em 16 de dezembro de 2015, delibera:

Solidarizar-se e apoiar os trabalhadores do Banif e recomendar ao Secretariado da Febase que se empenhe na resolução deste problema, tendo em conta, nomeadamente, a defesa e manutenção dos postos de trabalho.



Novo ACT já está em vigor!

Os trabalhadores sindicalizados no STAS e no SISEP estão automaticamente abrangidos pelo novo instrumento coletivo de trabalho

Textos | José Luís Pais*

Os trabalhadores sindicalizados nos dois Sindicatos subscritores do ACT (STAS e SISEP) estão automaticamente abrangidos pelo novo instrumento coletivo de trabalho. Mas não é tudo! Pela primeira vez têm condições especiais nos seguros próprios, que serão aplicadas apenas àqueles.

Coincidentemente com o início de novo ano, os trabalhadores da atividade seguradora passam a dispor de outro tipo de convénio, substituindo o CCT que estava em vigor desde o ano de 2012.

Por imposição legal, divulgada anteriormente, a APS, sendo a habitual interlocutora nas negociações contratuais em representação das suas filiadas – empresas de seguros – e por ter procedido à alteração da sua natureza jurídica passando a ser uma associação empresarial, passou a estar impedida de voltar a negociar instrumentos coletivos de trabalho em nome e representação daquelas empresas.

Por esse motivo o CCT correria o risco de se extinguir, durante o atual mês de janeiro, se não houvesse negociação com os novos interlocutores: os representantes das empresas de seguros. Assim a partir de agora será este o quadro de negociações: sindicatos e empresas.

E foi já neste cenário que o CCT anterior deu lugar a um ACT – Acordo Coletivo de Trabalho, subscrito por representantes de 38 empresas das 70 existentes. Entretanto já mais algumas empresas manifestaram a intenção de subscreverem este ACT, intenção que se concretizará após a publicação do ACT no Boletim de Trabalho e Emprego.

TABELA SALARIAL

Importa salientar que o clausulado existente no anterior CCT foi transposto para o ACT, complementado com os benefícios que os Sindicatos negociaram em sede própria e

que são divulgados nesta página. Também com a relevância que se impõe, registre-se a existência de uma nova tabela salarial a vigorar desde 1 de janeiro deste ano, com um aumento de 1,00% e com a garantia de nova atualização em janeiro de 2017: mais 1% na tabela salarial e um novo valor para o subsídio de refeição = 10,00€/dia.

ALTERAÇÕES NO CLAUSULADO

Decorrentes então da negociação, o novo ACT contemplará as seguintes alterações:

- Vigência (cláusula 3.ª) – vigorará por um período inicial de três anos, renovando-se automaticamente por períodos sucessivos de três anos, enquanto não cessar por alguma das formas legalmente previstas.
- Duração do trabalho (cláusula 16.ª) – sempre que um trabalhador preste serviço exclusivamente em atendimento telefónico, por cada período de duas horas consecutivas de trabalho nessas funções haverá uma pausa de 10 minutos, que será incluída no tempo de trabalho.
- Condições nos seguros próprios (cláusula 47.ª) – ... o desconto do prémio total ou dos encargos será atribuído ao trabalhador que invoque e prove que é trabalhador abrangido pelo ACT, por filiação num dos sindicatos outorgantes.
- Apoio escolar (cláusula 49.ª) – ... a comparticipação tem o valor a seguir indicado, atribuído em função do ano escolar em que o educando está matriculado:
1.º Ciclo do ensino básico (1.º ao 4.º ano) – 40,00 €
2.º Ciclo do ensino básico (5.º e 6.º anos) – 70,00 €
3.º Ciclo do ensino básico e ensino secundário (7.º ao 12.º ano) – 110,00 €.

O disposto nesta cláusula é também aplicável, com as necessárias adaptações, às situações de ensino especial.

O pagamento da comparticipação deverá ser solicitado no período compreendido entre 1 de setembro e 30 de novembro do respetivo ano escolar.



BENEFÍCIOS

Ainda este ano, serão atribuídos os seguintes benefícios:

- Para todos os beneficiários do Plano Individual de Reforma – PIR, o empregador efetuará este ano a contribuição de valor igual a 3,25% do ordenado base anual do ano transato (cláusulas 50.ª, 51.ª e anexo V).
- Convém também referir que este ano os trabalhadores que tenham iniciado o seu contrato de trabalho em anos terminados em 6 ou 1 e que completem 50 anos de idade e pelo menos 15 anos de permanência na empresa, terão direito a mais 3 dias de licença com retribuição. Existindo acordo entre o trabalhador e o empregador, aquela licença pode ser substituída pelo pagamento de um prémio pecuniário de valor idêntico ao do ordenado efetivo correspondente ao número de dias de licença a que o trabalhador tiver direito. Os trabalhadores que completarem 52 ou 54 anos de idade e com 18 anos ou 20 anos de permanência na empresa terão direito a mais 4 ou 5 dias respetivamente. Aos trabalhadores com idades compreendidas até aos 49 anos inclusive, será atribuído um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal, pagável conjuntamente com o ordenado do mês em que o facto ocorrer.

Deve ser consultada a cláusula 42.ª do ACT. ▀

*Vice-Presidente do STAS

TABELA SALARIAL PARA 2016 – ORDENADO BASE MENSAL

Banda salarial	Valor mínimo obrigatório	Referencial para o limite superior
A	€ 1.990,33	€ 3.030,00
B	€ 1.577,20	€ 2.302,49
C	€ 1.063,64	€ 2.302,49
D	€ 1.140,67	€ 1.302,46
E	€ 973,21	€ 1.269,36
F	€ 851,01	€ 1.063,64
G	€ 677,42	€ 1.063,64

TABELA SALARIAL PARA 2017 – ORDENADO BASE MENSAL

Banda salarial	Valor mínimo obrigatório	Referencial para o limite superior
A	€ 2.010,23	€ 3.060,30
B	€ 1.592,97	€ 2.325,51
C	€ 1.074,28	€ 2.325,51
D	€ 1.152,08	€ 1.315,48
E	€ 982,94	€ 1.282,05
F	€ 859,52	€ 1.074,28
G	€ 684,19	€ 1.074,28



Revisão global do ACT

Ano começa sem grandes novidades

As mesmas matérias mantêm o impasse nas negociações. A primeira sessão de negociações de 2016 não trouxe alterações significativas na posição de ambas as partes e a Febase vai levar a questão às Direções dos Sindicatos e ao Secretariado

Texto | Inês F. Neto

Após a interrupção devido à quadra festiva, as negociações de revisão global do ACT do setor bancário foram retomadas dia 5 de janeiro, sem que se tivessem registado avanços significativos.

Na sessão foram debatidas questões do clausulado geral, tendo sido possível “deslocá-las” para a área de consenso entre as partes.

No entanto, há um conjunto de matérias – aquelas que têm mais impacto financeiro no setor, quer para as instituições de crédito quer para os trabalhadores – que continuam em fase de discussão.

Trata-se de todas as cláusulas que têm maior significado financeiro, e daí a dificuldade em se chegar a um entendimento com a brevidade que todos desejariam.

Apesar da disponibilidade manifestada pelo grupo negociador das instituições de crédito para se chegar a um acordo, a verdade é que até agora tal não foi possível.

CLÁUSULAS DIFÍCEIS

Assim, continuam em aberto, entre outras, as questões relativas ao direito à próxima promoção para quem foi pro-

movido após a denúncia da convenção coletiva; o exercício da atividade sindical; a avaliação de desempenho; ajudas de custo e prémio de fim de carreira.

As restantes matérias de divergência, e de grande importância para os bancários, são a tabela salarial e o SAMS – além da questão do *per capita*, também está em discussão a alteração ao n.º 1 da cláusula 144.ª do ACT em vigor.

ÓRGÃOS DECISÓRIOS

Face ao interesse daquelas medidas para os trabalhadores, o grupo negociador da Febase vai, mais uma vez, analisar o conjunto de matérias em causa e preparar um documento para apresentar aos órgãos decisórios de cada Sindicato e da Federação, para posteriormente entregar ao grupo negociador das instituições de crédito uma proposta definitiva.

Logo que este processo seja concluído, a Febase informará pormenorizadamente todos os trabalhadores seus associados sobre o resultado das negociações, o que acontecerá antes de o documento final ser submetido à decisão final dos órgãos decisórios. ■

Alterações legislativas para 2016: influência nos rendimentos dos trabalhadores

Este ano assistiremos a um aligeirar da carga fiscal sobre os rendimentos dos trabalhadores, embora só em 2017 a situação venha efetivamente a melhorar e a cimentar-se

Texto | Carla Mirra*

Na última semana do ano 2015 foram publicadas em Diário da República alterações a várias leis que incidem e/ou têm reflexos diretos nos rendimentos dos trabalhadores.

A Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, veio estabelecer a extinção da redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014, para a Administração Pública. Assim, a redução remuneratória será “progressivamente eliminada ao longo do ano de 2016”, com reversões trimestrais: reversão de 40% nas remunerações pagas a partir de 1 de janeiro de 2016; reversão de 60% nas remunerações pagas a partir de 1 de abril; reversão de 80% nas remunerações pagas a partir de 1 de julho e eliminação completa da redução remuneratória a partir de 1 de outubro de 2016.

A Lei n.º 159-B/2015, de 30 de dezembro, veio estabelecer a extinção da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES). À semelhança da redução remuneratória da Administração Pública, a extinção não acontecerá de uma só vez. A CES, durante o ano de 2016 vigorará nos seguintes termos: aplicação de 7,5% sobre o montante que exceda 11 vezes o valor do indexante dos apoios sociais (IAS), mas que não ultrapasse 17 vezes aquele mesmo valor; 20% sobre o montante que ultrapasse 17 vezes o valor do IAS. Está ainda previsto no referido diploma que a CES “não incide sobre pensões e outras prestações que devam ser pagas a partir de 1 de janeiro de 2017”, ou seja, ao que tudo indica apenas vigorará nos termos indicados durante o ano de 2016.

A Lei n.º 159-C/2015, de 30 de dezembro, veio prorrogar para o ano de 2016 a aplicação da contribuição extraordinária sobre a indústria farmacêutica, do adicional em sede de imposto único de circulação (IUC), do adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos, da contribuição sobre o setor bancário e da contribuição extraordinária sobre o setor energético.

A Lei n.º 159-D/2015, também de 30 de dezembro, estabeleceu a extinção da sobretaxa aplicável em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), sendo que em 2016 será aplicada nos seguintes termos:



- Para um rendimento coletável anual até 7.070,00 €, a sobretaxa será inexistente;
- Para um rendimento coletável que ultrapasse 7.070,00 €, e até ao limite de 20.000,00 €, aplicar-se-á uma sobretaxa de 1%;
- Para um rendimento coletável superior a 20.000,00 € e até 40.000,00 €, a sobretaxa aplicável será de 1,75%;
- Para os rendimentos superiores a 40.000,00 € e até aos 80.000,00 €, a sobretaxa aplicável será de 3%;
- E, finalmente, para quem tenha um rendimento coletável anual superior a 80.000,00 €, aplicar-se-á uma sobretaxa de 3,5%.

Em 2016 assistiremos a um aligeirar da carga fiscal sobre os rendimentos dos trabalhadores, embora só em 2017 (ao que tudo indica) a situação venha efetivamente a melhorar e a cimentar-se. Aguardemos por mais “novidades” legislativas. ■

*Advogada do STAS

Bowling

Jerónimo Fernandes **campeão**

Numa prova dominada por concorrentes do SBSI, o principal troféu foi parar às mãos do participante do Banco de Portugal

A 10.ª edição do Campeonato Interbancário de Bowling teve a sua final nacional disputada de 6 a 8 de novembro, em Cantanhede.

Numa prova pautada pelo desportivismo, a vitória sorriu a Jerónimo Fernandes (BdP/SBSI), que conseguiu derrubar o maior número de pinos.

Na segunda posição terminou Mário Batista (Banif/SBSI), logo seguido por Pedro Proença, também do Banif/SBSI. António Castano (NB/SBSI) foi quarto, enquanto José Amorim (Millennium bcp/SBN) conseguiu o quinto lugar.

A cerimónia de entrega de prémios decorreu durante um animado jantar-convívio. ■

Febase estabelece protocolos com farmácias



Os sócios dos Sindicatos da Federação já podem adquirir medicamentos e outros produtos farmacêuticos com descontos atraentes

A Febase estabeleceu um protocolo com o grupo "A Farmácia", composto por várias farmácias, para que os sócios, funcionários e agregados familiares dos Sindicatos da Federação possam adquirir medicamentos e outros produtos a preços mais reduzidos.

O grupo "A Farmácia" oferece 10% de desconto no valor a pagar pelo utente em receitas médicas, com exceção de medicamentos com Preço de Venda ao Público (PVP) superior a 69,03€. O valor máximo de desconto é de 5€ por unidade.

Os medicamentos não sujeitos a receita médica, produtos de fitoterapia, homeopatia, artigos de ortopedia e produtos de dermocosmética/higiene também têm um desconto de 10% sobre o PVP.

O sócio e/ou colaborador poderá dirigir-se diretamente a qualquer farmácia do grupo, apresentando o seu cartão de identificação. Em alternativa, poderá solicitar à Farmácia União os produtos e/ou medicamentos e receitas por telefone, fax ou e-mail até às 12h30 e estes serão entregues no mesmo dia até às 18h00. Em caso de receita, será necessário uma cópia e/ou digitalização da mesma a enviar juntamente com o pedido (a entrega do original será feita aquando da disponibilização dos medicamentos).

Caso adquira os seus produtos diretamente nas farmácias do grupo, o pagamento poderá ser feito através de numerário, cheque ou multibanco. Em caso de entrega noutros locais, após o processamento do pedido à Farmácia União, receberá um e-mail com a referência para pagamento.

O protocolo já está em vigor e tem a duração de um ano. Consulte a lista de farmácias aderentes nos sítios do SBSI, SBC, SBN, STAS e SISEP. ■



CONCURSO FOTOFEBASE 2016

Ano Novo, Novo Concurso FOTO FEBASE.

A 6ª Edição do Concurso FOTO FEBASE está a chegar e com ela mais uma oportunidade para os sócios dos sindicatos da FEBASE fotografarem e ganharem. O desafio é mensal e decorre entre fevereiro e novembro.

O regulamento e respetivo blog estarão disponíveis para consulta brevemente. Fique atento!

Até Breve.
Boas fotos!

Contamos consigo.
A ORGANIZAÇÃO FOTO FEBASE

O Concurso FOTO FEBASE 2016 abrange os seguintes temas mensais:

Tema Livre

Neste tema poderá captar livremente o que mais gosta de fotografar.

Tema Banca & Seguros

Neste tema poderá captar objetos, pessoas, cenários, atividades, etc., alusivos ao setor financeiro.

Serão admitidas mensalmente, até ao máximo de quatro (4) fotografias por concorrente, independentemente do tema. A receção das fotografias será feita, através de correio eletrónico para o seguinte endereço: fotofebase@febase.pt, indicando **OBRIGATORIAMENTE** os seguintes elementos:

Nome e Apelido do Participante; Sindicato ao qual pertence; Nº Sócio; Telefone de Contacto; Correio Eletrónico; Tema da Fotografia; Título da Fotografia; Lugar e Data onde foi tirada.

Todas as fotografias para concurso deverão ser digitais e enviadas em formato JPG.

Para efeitos de publicação on-line, as fotografias deverão ter no mínimo, 0,25 megabytes (250 Kb) e não ultrapassar a dimensão de 2 megabytes (2.000 Kb).

Participe e envie as suas primeiras fotografias até ao dia 20 de fevereiro.



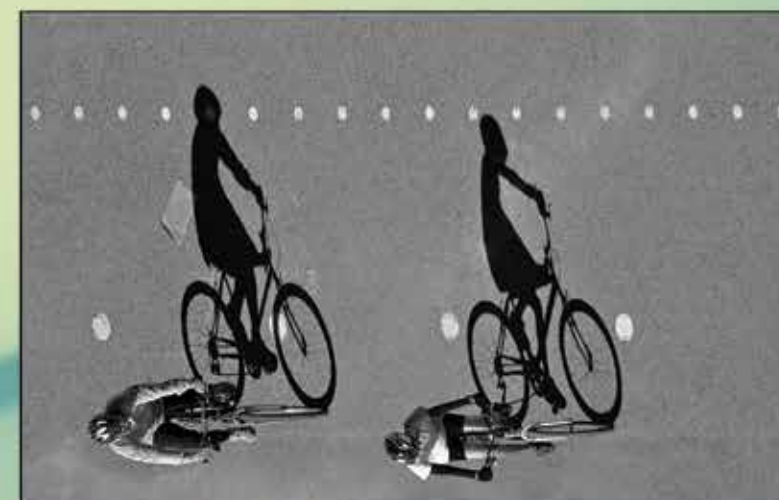
VENCEDORES FOTO FEBASE

Vencedores do Concurso 2015

1º Prémio



"Sagrado & Profano"
José Guimarães



2º Prémio

"Sombras ciclistas"
Carlos Santos

3º Prémio



"Árvore com raízes no céu"
Rui Gonçalves

4º Prémio



"Sombras"
José Pinto

Menções Honrosas



"Olho de rapina"
José Guimarães



"Ação"
Carlos Santos



"Destinos"
Carlos Santos



Na sessão do Conselho Geral

Orçamento para 2016 **aprovado**

Os conselheiros do SBSI aprovaram por maioria as três vertentes do Orçamento para 2016 apresentadas pela Direção: Atividade Sindical, SAMS e USP

Texto | Inês F. Neto



A última sessão de 2015 do Conselho Geral, que teve lugar no dia 15 de dezembro num hotel de Lisboa (a próxima já será nas novas instalações da UGT), foi dedicada à análise e votação do Orçamento para 2016. Os conselheiros debateram a situação no Banif e foi feito o balanço da negociação coletiva.

Como vem sendo norma, análise e votação do Orçamento decorreram separadamente por alíneas, de acordo com os centros de atividade. Assim, os conselheiros discutiram e aprovaram as suas três vertentes: Atividade Sindical, SAMS e USP.

Os conselheiros tiveram também oportunidade de ouvir a Comissão Executiva do SAMS-PICS – agora sem Adalberto Campo Fernandes, que aceitou o convite para desempenhar o cargo de ministro da Saúde – discorrer sobre o trabalho desenvolvido e o respetivo saldo, bem como apresentar as previsões para 2016.

Rui Riso sublinhou que a atividade interna no SAMS aumentou, o que obriga

a um esforço para que um dos objetivos seja cumprido: “Que a capacidade instalada permita captar financiamento”.

O presidente da Direção adiantou ainda que 2015 foi “o ano com a menor perda de beneficiários titulares” dos últimos tempos, o que se refletiu também na “captação de sócios na atividade sindical”.

Rui Riso adiantou ainda que no âmbito da ação sindical, em 2016 estão previstas semanas sindicais, à semelhança das jornadas sindicais realizadas há uns anos.

Após a intervenção de alguns conselheiros e da Direção foram votados os documentos das três vertentes do Orçamento, todos aprovados por larga maioria dos conselheiros. O relativo ao SAMS teve 1 voto contra e 16 abstenções, o da Atividade Sindical 10 contra e 6 abstenções, e o da USP 2 votos contra e 13 abstenções.

Os dados mais importantes do Orçamento para 2016 serão divulgados na edição de O Bancário deste mês. ▶

VOTO DE SOLIDARIEDADE

Os conselheiros aprovaram, por unanimidade e aclamação, a moção “Solidariedade, apoio e esperança aos trabalhadores do Banif”.

A moção de solidariedade foi proposta pelo presidente do Sindicato, Rui Riso, e assumida pela Direção e pela Mecodec.

A situação do banco e dos trabalhadores – na altura ainda desconhecida – foi um dos temas que dominou a sessão.

• **Faço acontecer!**

Caro associado,

Em muitos de nós existem capacidades e valências que podem ser uteis às gerações vindouras.

No momento atual é cada vez maior o número de crianças e idosos que têm vontade, mas a quem falta a possibilidade, a hipótese, a pessoa certa que faça acontecer.

O SBSI acredita que em cada sócio existe uma possibilidade de transmitir um conhecimento, uma prática, um conjunto de valores. A quantos de nós já foi dada a possibilidade de fazer chegar os seus conhecimentos, hábitos e valências a quem tanto precisa?

Em quantos de nós já pairou o pensamento de que podemos contribuir para que essas gerações prossigam com o que nós aprendemos?

Queremos por isso contar com a sua participação numa ação nobre, sem que tenha que dar mais do que algumas horas do seu tempo disponível. Tão simples como inscrever-se na nossa bolsa de oferta – oferece o seu tempo e conhecimentos, nós encontramos quem deles precisa.

Mas se gostaria de distinguir com a sua – e a nossa – ajuda uma escola, associação ou coletividade da área onde reside ou trabalha, basta que nos diga qual. Entraremos em contacto e levaremos até lá o que da nossa bolsa de oferta possa beneficiá-la.

Vamos organizar ações em vários ramos de atividade, mas para fazê-las acontecer é necessário que cada associado nos informe do seu interesse por que tipo de programa, em que área ou matéria se disponibiliza, e qual o horário com que pode agraciar esta iniciativa.

Para tal, pode consultar o site do SBSI em www.sbsi.pt e utilizar para inscrição o link <http://goo.gl/forms/IYs3bRySDL> ou ainda as Secções Sindicais em todo o País.

Com a tradicional boa vontade da nossa classe, contamos com a participação de todos nesta ação social de tão nobre objetivo.

Aguardamos a sua inscrição o mais brevemente possível.

Dez 2015

P’la Direção



Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

Futsal Veteranos

Final com velhos conhecidos



Team Foot Activobank e Fapoc Vet vão disputar a final do Sul e Ilhas do 16.º Torneio Interbancário de Futsal Veteranos

Textos | Pedro Gabriel



As duas equipas que disputarão a final SBSI

Os quartos-de-final da prova realizaram-se no dia 5 de dezembro, no Pavilhão da CGD, em Lisboa.

O arranque das partidas opôs Portugais aos Magníficos Foot-a-Mill, com os primeiros a golear por 6-0. Alexandre Agostinho contribuiu um hat-trick.

Tarefa bem mais facilitada teve a Team Foot Activobank, que venceu o jogo diante dos Albi-Bancários, uma vez que a equipa de Castelo Branco teve falta de comparência, tendo sido decretada a sua derrota por 1-0.

Já a Fapoc Vet souu bastante para levar de vencida a Uniteam, por 3-2. Apesar de ter chegado aos três golos de diferença, a Fapoc sofreu por duas vezes em cima do

apito final. Apesar do esforço, a Uniteam ficou pelo caminho.

Na última partida, a Agriteam levou de vencida a CGD, por 6-2, com João Rebelo a ser uma das figuras, ao apontar três golos.

MEIAS-FINAIS A FERVER

Foi uma primeira meia-final de âni-mos exaltados a que opôs a Team Foot Activobank à Agriteam, que teve vitória dos primeiros, por 3-2.

Marcou primeiro a equipa açoriana, por intermédio de Gualter Rodrigues, aos 6', mas a Team Foot conseguiu dar a volta ao resultado, com golos de João Rebocho

(12') e Rogério Gomes (16'), resultado com que se chegou ao intervalo.

Na segunda parte, a Team Foot ampliou a vantagem aos 8', por Bruno Santos. O melhor que a Agriteam conseguiu fazer foi reduzir por Emanuel Freitas, aos 15'.

Na sequência de um "sururu" que se gerou entre jogadores das duas equipas, Carlos Silva Dias e João Rebocho, da Team Foot, bem como Jaime Cabral e Luís Cabral, da Agriteam, receberam ordem de expulsão.

Na segunda meia-final, a Fapoc Vet venceu a Portugais pela margem mínima. Paulo Gonçalves foi o autor do tento solitário.

A final do Sul e Ilhas está agendada para o dia 17 de janeiro. ■

Texto | Joana Silva e Mónica Correia*



Projetos de intervenção social

Três anos a acompanhar adolescentes do Intendente

A Jovens Seguros concluiu em dezembro dois projetos de responsabilidade social em comunidades desfavorecidas de Lisboa. Em destaque, agora, as atividades desenvolvidas no Intendente

A Jovens Seguros – Associação para o Desenvolvimento Ocupacional decidiu, no final do ano 2012, desenvolver projetos de âmbito de responsabilidade social. Desta forma, pretendeu-se aliar o know-how existente em torno de atividades com crianças e jovens à implementação e desenvolvimento de atividades com comunidades inseridas em meios socialmente desfavorecidos. Partindo desta premissa, a Jovens Seguros candidatou-se com dois projetos de âmbito social/comunitário ao abrigo do Programa Escolhas, em territórios com parcerias já estabelecidas, nomeadamente, no Intendente e em Benfica.

O projeto efetuado em Benfica será divulgado em próxima edição.

FAMÍLIAS ENVOLVIDAS

O projeto IntendArte-E5G surgiu de uma necessidade sentida, no Intendente, pela Jovens Seguros em 2012. Tendo em conta

a localização da sede da Jovens Seguros, a associação foi observando na comunidade diversas dificuldades a um nível socioeconómico.

Nesse sentido, foram convidadas várias entidades associadas para colaborar na candidatura de um projeto ao Programa Escolhas. O projeto IntendArte-E5G teve o seu início em 2013 e terminou em dezembro de 2015. Ao longo dos 36 meses de implementação, o IntendArte-E5G promoveu diferentes atividades, tendo sempre em conta as necessidades reais e as especificidades de cada participante. Foram envolvidos 692 crianças, jovens e os seus familiares.

Tendo em conta as faixas etárias dos participantes, foram desenvolvidas diferentes atividades com um carácter diferenciador e motivador.

PÚBLICOS DIFERENTES

Para o público-alvo mais novo foram realizados Programas de Promoção de Competências Psicossociais nas escolas de 1.º ciclo, sessões de apoio ao estudo, atividades lúdico-pedagógicas, treinos de futsal, visitas às comunidades, ateliers artísticos, atividades de desporto aventura, campos de férias e muitas outras. Todas estas atividades foram realizadas em estreita ligação com o bom comportamento e o sucesso escolar demonstrado pelos participantes.

Para o público-alvo mais jovem foi criado um Estúdio de Som, um Centro de Artes e Ofícios, um Gabinete de Apoio ao emprego com procura ativa de emprego e encaminhamento para estágios profissionais, bem como foram realizadas diferentes ações de formação adequadas aos interesses dos jovens. Na realização dos estágios profissionais contámos com o apoio dos sócios da Jovens Seguros, na medida em que rececionaram vários jovens nas suas empresas. Para os familiares dos nossos participantes mais jovens, foi criado um Gabinete de Mediação e Acompanhamento Familiar e cursos de língua portuguesa para adultos, principalmente, provenientes do Bangladesh e do Paquistão. Ao longo dos três anos recebemos voluntários e estagiários de diferentes áreas de atuação por parte do Instituto de Psicologia Aplicada (ISPA) e do Clube Intercultural. De forma, a capacitar os jovens da comunidade, foi ainda criada a associação juvenil InterRoots – Associação Cultural, com o objetivo de dar voz aos jovens e desenvolver diferentes atividades culturais.

Assim, e após três anos de implementação, o projeto terminou no dia 31 de dezembro. Em função de todo o trabalho realizado e face aos resultados conquistados e feedback recebido por diferentes entidades, a Jovens Seguros decidiu voltar a apostar no desenvolvimento de projetos de intervenção, elaborando desta forma novas candidaturas, por mais três anos.

Em nota de conclusão, gostaríamos de agradecer a todas as entidades/sócios/colaboradores que tanto contribuíram para o sucesso. ■

*Coordenadoras dos projetos



Sessão solene

Carlos Marques recebe o seu emblema das mãos do presidente da direção regional



As homenageadas com a direção regional

A direção regional durante a intervenção de José Maria Barbosa



Entrega de emblemas de Ouro e Prata nos Açores

Os associados da região autónoma receberam os emblemas comemorativos de 25 e 50 anos no STAS. Tal como o presidente da Direção, Carlos Marques, que com esta opção quis homenagear a perseverança e espírito de solidariedade dos açorianos

A tradicional cerimónia de entrega de emblemas de 25 e 50 anos aos associados do STAS-Açores e o jantar de Natal dos associados e seus familiares realizou-se no dia 18 de dezembro, em Ponta Delgada.

Na cerimónia em que esteve presente a Direção Regional dos Açores e o presidente da Direção nacional, foram atribuídos emblemas de prata às associadas Margarida Melo, Patrícia César e Helena Castelo e, ainda entregue o emblema

de 50 anos de associado ao presidente da Direção nacional. Esta opção do colega Carlos Marques no recebimento nos Açores e não no Continente representa um sinal significativo da importância que é dada a todos os associados do STAS Açores, pela perseverança e espírito de solidariedade que simbolizam.

Nos discursos efetuados pelo presidente da Direção Regional, José Maria Barbosa, e pelo presidente da Direção do STAS, foram destacados os aspetos asso-



A intervenção de Carlos Marques

ciados à crise que afeta os trabalhadores, em particular os de seguros, e o momento preocupante que se vive naquela região autónoma com a situação do Banif e as suas repercussões na seguradora Açoreana, que pela sua dimensão regional constitui ali o principal empregador na área dos seguros.

Igualmente foram dadas algumas explicações sobre as alterações que decorrem do novo Acordo Coletivo de Trabalho subscrito pelo STAS.

A esperança em dias melhores e a certeza de que o STAS continuará vivo e a marcar uma posição diferenciadora pela qualidade do projeto e das pessoas envolvidas marcou muito do que foi dito na parte final das intervenções, a par do desejo de boas festas a todos os envolvidos. ■

Novo ACT apresentado a representantes sindicais



A direção realizou uma sessão de esclarecimento sobre a convenção coletiva para delegados sindicais e membros do Conselho Geral

Textos | José Luís Pais

Com a concretização formal do novo ACT que substitui o CCT de 2012, por razões amplamente divulgadas, a Direção convocou os delegados sindicais e os conselheiros gerais afetos às seguradoras para uma sessão de esclarecimento quanto ao novel Acordo Coletivo de Trabalho que será aplicado, a partir deste mês, aos trabalhadores sindicalizados nos sindicatos subscritores do acordo, STAS e SISEP.

A sessão captou amplamente a atenção dos presentes. Na oportunidade foram esclarecidos os motivos da alteração havida em termos de instrumento coletivo de trabalho; a forma de negociação, que passa a ser diretamente com os representantes das empresas de seguros, e os riscos que se corriam se não se conseguisse negociar agora. O CCT anterior caducaria durante o presente mês, por força da alteração da natureza jurídica da APS.

Abordaram-se ainda os benefícios conseguidos em algumas cláusulas, nomeadamente: período de vigência do ACT; pausa de 10 minutos, em cada período de duas horas, incluída no tempo de trabalho para os trabalhadores que prestem serviço exclusivo de atendimento telefónico; desconto nos seguros próprios no prémio total para os sindicalizados; e novos valores para o apoio escolar aos filhos dos trabalhadores em idade escolar obrigatória.

Para conclusão das informações referentes ao ACT, foram apresentadas as novas tabelas salariais: uma para o ano de 2016 com uma atualização de 1,00% e outra para 2017 com base na mesma percentagem. Foi ainda divulgado o novo valor do subsídio de refeição que entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2017: 10,00€/dia.

Importa referir as intervenções que aconteceram posteriormente, demonstrando essencialmente compreensão para com a resolução que a Direção tomou ao subscrever um novo convénio de trabalho.

O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para a atividade seguradora, subscrito para já por 38 empresas que representam cerca de 80% dos trabalhadores está em vigor desde 1 de janeiro. Outras empresas já demonstraram a intenção de aderirem ao ACT, que será formalizada após a publicação no BTE. ■



Conselho Geral aprova Orçamentos

No primeiro Conselho Geral saído das eleições de abril deste ano, com a sua nova composição, foram aprovados os orçamentos ordinários para o ano de 2016 para o Regime de Ação Sindical e SAMS, Regime Geral e Regime Especial, bem como o Orçamento Suplementar da Ação Sindical de 2015

tal para o planeamento da sua gestão, isto é, teve lugar nesse dia a análise, discussão e votação dos Orçamentos nas suas três vertentes.

A tesoureira Helena Carvalheiro fez a apresentação dos Orçamentos Ordinários dos três regimes, cujo objetivo continua a ser o reforço dos benefícios atribuídos aos associados e beneficiários, sem prejuízo da estabilidade financeira do Sindicato dos Bancários do Centro.

Relativamente ao Orçamento da Ação Sindical, é de realçar a estabilização das despesas de 2015, com especial relevância para a comparticipação nos medicamentos. No plano das receitas verifica-se a tendência para a sua redução, decorrentes da quebra das quotizações.

Quanto ao Regime Geral, e no que respeita às despesas, a tesoureira disse que se verificou uma acentuada diminuição, con-

trabalhada com a já referida diminuição das receitas.

Já no Regime Especial, enfatizou o grande esforço financeiro para cobrir a reestruturação dos Postos Clínicos, amortização que se poderia estender por vários anos, mas que estrategicamente foi decidido fazê-lo refletir num só ano, o ano em que o investimento foi efetuado.

Os orçamentos, submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade e aclamação.

ELEIÇÕES

O primeiro ponto da Ordem de Trabalhos incluía a análise, discussão e votação do Orçamento Suplementar da Ação Sindical de 2015, que houve necessidade de trazer ao Conselho Geral para que se procedesse ao ajustamento de algumas rubricas de gastos e receitas inicialmente previstas, com especial ênfase para o reforço das verbas em Ação Sindical e Investimento, em contraponto com algumas verbas previstas e não gastas em outras rubricas, e, principalmente, com a quebra das quotizações.

Este orçamento retificativo foi aprovado por unanimidade.

Os Conselheiros tiveram também oportunidade de procederem à eleição dos representantes do Sindicato dos Bancários do Centro ao Conselho Geral da Febase e ao Conselho Geral da UGT de Leiria. ■



Trabalhadores do SBC comemoram Natal

Desta vez os trabalhadores do SBC celebraram a sua festa de Natal no sul do distrito de Leiria, na Quinta das Carrasças, uma unidade hoteleira que se situa entre Alcobaça e S. Martinho do Porto, no dia 13 de dezembro.

Quase uma centena e meia de participantes, com muitas crianças no seu conjunto, deslocaram-se até à freguesia da Cela para a sua tradicional festa de Natal, oportunidade para se encontrarem, pois muitos trabalhadores só se conhecem e confraternizam nestes encontros.

A pequenada foi entregue aos cuidados das animadoras, enquanto os adultos se dedicavam aos aperitivos que já estavam ao seu dispor ao chegarem.

O almoço decorreu bem e o bacalhau e o cabrito foram os pratos que toda a gente saboreou com prazer, bem acompanhados por um tinto da região.

A festa foi animada por dois conjuntos de bailarinas que proporcionaram aos pre-



A festa dos trabalhadores do SBC...

sentes momentos artísticos de rara beleza e por um animador musical com grande traquejo.

Os Corpos Gerentes do SBC, com especial relevância para a sua Direção, anuíram ao convite dos trabalhadores e estiveram presentes, reforçando desta maneira os laços de solidariedade e respeito que deve uni-los.

Quer um representante dos trabalhadores quer Aníbal Ribeiro, em pequenas intervenções porque o dia não era para isso,

agradeceram as presenças e os convites de que foram alvo.

Finalmente, já com o cair da noite, foi servido um lanche para "arrumar a questão" e ajudar ao regresso a suas casas.

CONVÍVIO REGIONAL

Também a Secção Regional da Guarda levou a efeito o seu tradicional convívio de Natal, a 18 de dezembro, para o qual convidou todos os bancários do distrito, realizando-se este evento no hotel Vanguarda.

Com a presença de Aníbal Ribeiro e muitos outros elementos da estrutura sindical da Guarda, nomeadamente todos os componentes do seu Secretariado, compareceram a este jantar convívio muitos bancários e familiares. Foi num ambiente de pura camaradagem de pessoas que há muito se conhecem e se habituaram a conviver que decorreu este convívio natalício. Durante o serviço das iguarias servidas houve música, que se prolongou noite dentro. Já altas horas foi servido um chocolate quente e iguarias doces de Natal. ■



... e a Secção Regional da Guarda

Fados animam Leiria

Uma centena de associados da região apreciaram um bom espetáculo, organizado pela Secção Regional

No dia 5 de dezembro, com uma sala à pinha, aconteceu fado pelas mãos do Secretariado Regional de Leiria.

Em parceria com um restaurante da cidade, o Secretariado Regional proporcionou aos bancários deste distrito uma grande noite de fados, estando presentes mais de cem pessoas, que desta maneira responde-

ram à nossa proposta de uma "Grande Noite de Fados com Jantar".

Com um bom alinhamento, indo do fado mais ligeiro ao mais rebuscado e moderno, portanto, artisticamente mais elaborado, e onde não faltou o fado canalha, os presentes não arredaram pé e não se cansaram de aplaudir os artistas, oriundos desta região onde a prática do fado é, pelos vistos, corrente. Cerca da meia-noite foi servido o habitual chouriço assado e servido o caldo verde.

À despedida, os presentes manifestaram o seu agrado e incentivaram o Sindicato para que mais noites destas aconteçam. ■





Comissão Sindical de Empresa (Norte) do Banco Popular

“Contamos com o apoio da casa-mãe”

O banco prossegue uma política de comunicação ativa com todos os colaboradores, no sentido de transmitir acalmia a nível dos postos de trabalho

Texto | Francisco José Oliveira

Nelson Alves é o coordenador da Comissão Sindical de Empresa – Norte – do Banco Popular que concedeu a entrevista. Àquela estrutura pertencem também José Paulo Couto e William Alves.

P – Como caracteriza o clima que a nível geral se vive na banca em Portugal?

R – Considero-o cada vez mais turbulento e instável, como foi prova recente o que aconteceu no Banif e o que está a suceder no Novo Banco, num folhetim que ainda não terminou, além de outras que

constituem fatores de especulação. Tudo isto demonstra bem o momento do setor no nosso País, que terá de levar ainda um ajustamento muito significativo e que continua a passar por uma situação de que os trabalhadores não são culpados. Mas quero ressaltar que na nossa instituição a situação, para já, está relativamente calma.

P – A que se deve essa acalmia?

R – Por um lado, porque continuamos a contar com o apoio da casa-mãe, que prossegue uma política de comunicação

ativa com todos os colaboradores, no sentido de transmitir essa mesma acalmia a nível dos postos de trabalho. Por outro lado, a nível dos recursos humanos, também para já estamos equilibrados. Por outro, vendemos duas unidades de negócio, onde se encontravam alguns associados do SBN. Mas como o banco aposta forte na imagem, mostrou abertura para que os sindicatos conseguissem salvaguardar, garantir e manter o acordo coletivo, bem como o acesso aos SAMS.

P – É caso para dizer que tudo está bem quando acaba em bem?

R – Talvez, embora tenha subsistido um senão, que se consubstancia no fator risco. Isto é: o banco só não nos conseguiu garantir que se a empresa compradora vier a entrar em falência não haja despedimentos. Mas francamente não achamos que esse seja um cenário plausível, até porque se trata de uma conhecida empresa norte-americana com larga experiência na área do crédito vencido. E com tudo isto, o banco, com cerca de 1.300 trabalhadores, libertou cerca de 10% da massa salarial, o que lhe permi-

tiu equilibrar as contas e ter vindo a fazer mensalmente novas aquisições com vínculos diretos à instituição e com todos os direitos constantes do ACT, apesar de serem contratados a prazo.

P – E o recurso ao outsourcing e a estagiários?

R – Nesses domínios, temos vindo a notar algum decréscimo, ainda que não muito significativo. Mesmo assim, é verdade que os elementos recrutados têm vindo a revelar-se bons comerciais, pelo que lhes tem sido proposto posteriormente o vínculo ao banco.

RECEIO DE FUSÃO

P – Significa então que o tempo é de bonança?

R – Por enquanto. Depois, o futuro dirá. É que temos notícias, provenientes de Espanha, que apontam para uma eventual fusão entre o Santander e o Banco Popular. Claro que os trabalhadores têm estado na expectativa, embora o Santander seja uma instituição considerada estável. Se isso acontecer, é natural que a marca venha a desaparecer em Portugal.

Nelson Alves, entre José António Gonçalves e João Carvalho Silva, do pelouro de Dinamização Sindical e Sindicalização do SBN

P – Mas vocês já contactaram os vossos congéneres espanhóis para apurarem algo de mais concreto?

R – Sim, e até posso adiantar que a Comissão Sindical de Espanha nos revelou a possibilidade de, se se concretizar o negócio, serem reduzidos três mil postos de trabalho nas duas instituições a nível ibérico, número que, sendo naturalmente maior lá do que cá, acabará também por afetar também Portugal. E consta até que as negociações para a fusão já começaram, devendo estar concluídas até ao final do primeiro semestre do próximo ano.

P – Não temem, em relação ao vosso futuro?

R – Para ser franco, para já, não esperamos que a atual crise no setor bancário nos arraste também para a lama. Estamos numa situação de expectativa, sim, mas de otimismo moderado...

PROCESSOS DISCIPLINARES AUMENTARAM

P – A nível interno, não tem havido pressões?

R – Ultimamente tem-se verificado, desde o final do verão, um aperto muito significativo em termos de processos disciplinares, com o argumento de incumprimento de normas. Pensamos que isto se deve a um desejo de quererem fazer uma “limpeza de pessoal”. Até há pouco tempo, mostravam o cartão amarelo, mas agora já estamos na fase de mostrarem o vermelho direto.

P – Essa mudança colheu-vos de surpresa?

R – Não totalmente. Aliás, o anterior presidente do banco já tinha alertado para que as pessoas “não se pusessem a jeito” e evitassem processos disciplinares. Só que, agora, dos avisos passaram à prática. Só aqui no Norte passámos a ter o dobro – ou mais!

P – E no que diz respeito à parte comercial?

R – Também neste aspeto a pressão tem vindo a crescer, com a agravante de o cenário e o mercado não ajudarem. É certo que os objetivos têm vindo a ser aumentados, mas os trabalhadores não são motivados de forma nenhuma – com prémios, por exemplo. Apenas são confrontados com o

medo da não manutenção do posto de trabalho se não atingirem esses objetivos...

P – Mas não são proporcionados meios acrescidos para a consecução desses objetivos comerciais?

R – Não só isso não acontece, como os trabalhadores se encontram limitados na sua ação, como seja, por exemplo, através da falta de eficácia da parte informativa. É que temos uma plataforma ibérica, que funciona bem em Espanha mas menos bem em Portugal. Posso afirmar que, neste aspeto, temos funcionado mais como co- baías do que como instrumentos eficazes de cumprimento de objetivos.

ROTAÇÃO EXCESSIVA NOS BALCÕES

P – Outro aspeto: os trabalhadores são conservados bastante tempo nos respetivos balcões?

R – Ah, não! Essa é outra situação que nos tem vindo a provocar uma preocupação crescente, desde 2014. É que dificilmente um trabalhador fica mais de um ano e meio ou dois no mesmo balcão, o que obviamente os afeta imenso. Vejamos: quando estão adaptados aos clientes e ao meio envolvente, são transferidos.

P – Então se essa situação é reiterada, não há queixas?

R – Pois, o pior é que o banco tem violado sistematicamente o ACT no que diz respeito a esta matéria. E nós dizemos aos associados que podem recorrer ao Contencioso do SBN, mas a maior parte acaba por aceitar a situação a que são sujeitos, porque tem medo de represálias e expectativas de futuras recompensas, no que diz respeito à progressão na carreira. Apenas casos pontuais recorrem. Nessas situações, o Contencioso contesta e o banco acaba, obviamente, por ser recetivo. E ainda não temos tido notícias de grandes represálias, quando isso acontece.

P – Os horários, são cumpridos?

R – É raro o trabalhador que possa fazê-lo. As pessoas saem dos balcões geralmente entre as 18h00 e as 19h00, quando deveriam sair entre as 16h30 e as 17h00, porque hoje em dia é necessário ausentarem-se no meio do trabalho para irem ao encontro dos clientes. Ora, sempre que isso acontece – e acontece muito frequentemente –, o trabalho que o colaborador tem de fazer no balcão fica parado. Depois, tem de compensar. É um círculo vicioso, sempre em nome da necessidade do cumprimento dos objetivos.



► P – Pode falar-nos da dicotomia função/remuneração?

R – Nesse caso, temos muitos responsáveis de balcões que não usufruem de remunerações compatíveis com as funções que desempenham, porque o banco aposta em redução de custos com o pessoal, enquadrando assim trabalhadores em funções mais elevadas sem os remunerar em conformidade com o ACT. E também nestes casos o Sindicato só pode atuar se os lesados se queixarem. O mal é que eles aceitam este facto, na expectativa de virem posteriormente a ser promovidos. Está bem claro que esta situação só beneficia o

banco, que assim poupa significativos recursos financeiros.

P – Quanto ao relacionamento da Comissão Sindical com a administração?

R – Preferia falar do Sindicato, já que nós não somos mais do que uma emanção do SBN. Assim, posso dizer que a administração tem estado sempre recetiva e aberta, até porque procura evitar problemas, por uma questão de imagem. Muitas vezes o próprio presidente do banco afirma disponibilidade para o diálogo. Não se nota o “efeito de rolha” que se verificava há alguns anos e, portanto, não temos tido razões de queixa. Por outro lado, não têm surgido grandes situações de conflitos laborais, muito devido ao que já afirmei: os trabalhadores claramente prejudicados não se queixam e preferem não levantar problemas.

DIFICULDADES NA SAÚDE

P – Qual é a vossa apreciação, no que diz respeito ao SAMS?

R – O nosso trabalho no dia-a-dia, não apenas para conservar os atuais associados, mas também para conquistar novos sócios, é muito duro. E neste caso somos confrontados com duas grandes pedras no sapato: a estomatologia e a oftalmologia, em que

as respetivas tabelas de comparticipação estão muito longe de ser concorrenciais. É que os colegas casam-se e têm filhos, pelo que necessitam cada vez mais de cuidados de saúde nestas duas áreas para os agregados familiares, com a fatura cada vez mais pesada. No resto, somos claramente melhores, designadamente nas cirurgias. Mas, felizmente, estes casos só se verificam pontualmente e não no dia-a-dia, pelo que os colegas não os valorizam tanto.

Ou seja: são mais sensibilizados pelo imediatismo, em vez de apostarem no futuro. Outra pedra no sapato tem a ver com as convenções. Apesar de o número de convenções com entidades prestadoras de cuidados de saúde ter vindo a aumentar, ainda nos encontramos relativamente limitados, face às necessidades com que somos confrontados pelos colegas, que procuram outras formas de se protegerem de diferenças substanciais nos custos que têm de suportar. Pensamos que estes constrangimentos talvez se fiquem a dever a uma certa ausência de dinamismo por parte do gabinete técnico e do Conselho de Gerência do SAMS, porque temos conhecimento de que existem muitas propostas de convenções por parte de entidades prestadoras de serviços de saúde que não são atendidas e que seriam importantes para os nossos colegas. ►

A IMPORTÂNCIA DO CONTACTO DIRETO

P – Fale-nos da atividade sindical...

R – Esta área tem funcionado bem. Temos andado permanentemente no terreno. O único momento em que paramos é em agosto e no Natal, alturas em que há muito poucos colegas nos balcões, dado que o importante é ouvir e sermos ouvidos. É que nem toda a gente tem tempo para ler os e-mails que enviamos... Daí o contacto direto ser tão importante. Até para tirarmos dúvidas, prestarmos toda a espécie de esclarecimento e podermos também ser portadores de situações para o Contencioso, por exemplo.

A nossa Comissão Sindical é muito dinâmica e gera um trabalho ultradesgastante mas, ao mesmo tempo, extremamente gratificante. Nas nossas visitas aos balcões é muito interessante verificarmos, por exemplo, como os associados dos outros sindicatos se encontram completamente desacompanhados. É triste vê-los acomodados. Mas também só estão assim por-



que têm a sorte de, ao contrário do que se verificou em outras instituições, nunca terem passado por situações delicadas. Nesse caso, só poderão ser defendidos pelo nosso Sindicato.

Por outro lado, a nível interno tenho notado uma certa dificuldade de o SBN agendar as visitas aos nossos 71 balcões,

nomeadamente no que toca a diretores e a viaturas. Faço sempre questão, no que diz respeito ao Porto e aos arredores, de ser sempre acompanhado por um diretor, porque é a forma mais eficaz de estarmos mais envolvidos com os trabalhadores, de marcarmos a nossa presença e de termos maior notoriedade. Compreendo e sei que essa dificuldade não parte da coordenação do pelouro. Só que se houvesse maior disponibilidade de diretores e de viaturas, as coisas funcionariam muito melhor.

Aliás, defendo que as visitas são a melhor escola de sindicalismo, porque aprendemos muito com os colegas, identificamos as suas necessidades e, simultaneamente, temos de estar municiados das respostas para as questões que nos colocam, quer a nível do SAMS quer a nível sindical, o que significa termos de estar sempre informados e atualizados, para também podermos assim agilizar todos os canais de informação.



Comemorações no SBN

Festa de Natal na sede e delegações

A visita ao circo deixou encantados os filhos dos associados, que festejaram a quadra com muita alegria e diversão

Texto | Francisco José Oliveira



O presidente do SBN e outros dirigentes desejaram Feliz Natal aos associados das delegações



Festa dos associados da região da sede



Comemorações em Braga

No próximo número noticiaremos as que se verificaram nas delegações de Bragança, Chaves, Mirandela, Peso da Régua, Valença e Vila Real.

A festa de Natal para os filhos dos bancários associados do SBN da região da sede ocorreu no dia 19 de dezembro, às 11h00,

com um espetáculo do Circo Cardinali, no Queimódromo.

Sublinhe-se o extraordinário êxito desta iniciativa, tanto mais de assinalar quanto este ano a lotação – que se esgotou – foi aumentada de dois mil e quinhentos para três mil lugares.

O mesmo sucesso teve a festa dedicada às delegações de Aveiro, Guimarães, Penafiel, S. João da Madeira e Viana do Castelo, que fizeram deslocar os filhos dos seus associados – naturalmente acompanhados pelos respetivos progenitores – ao mesmo local, para assistirem a idêntico espetáculo, mas às 14h45. ►



Encontro de boas festas

À mesa, como manda a tradição, diretores, funcionários e amigos confraternizaram e desejaram um bom ano para todos

À semelhança dos anos anteriores, o Sindicato organizou um jantar de Natal no 11 de dezembro, que contou com a presença de dirigentes, associados, funcionários e convidados que habitualmente se juntam ao grupo nesta quadra festiva.

Como é tradicional na época natalícia, a maioria das organizações promove encontros, de preferência à volta de uma mesa, para que todos tenham oportunidade de se reencontrar e conviver num ambiente descontraído.

Foi o que fez o SISEP, juntando no restaurante o Mastro um animado grupo para celebrar o Natal e desejar que 2016 seja melhor para os trabalhadores do que o ano que findou. ▶



◀ **DOMINGO – 07 | 02 | 16**

16h00 – Check in

20h00 – Jantar no Centro de Férias

Animação musical

Alojamento

SEGUNDA-FEIRA – 08 | 02 | 16

08h30 às 10h00 – Pequeno-almoço buffet

Possibilidade de efetuar diversas visitas pela região

20h00 – Jantar de Carnaval - Ensopado de borrego, buffet de saladas e doces

Grande noite de animação carnavalesca

Caldo verde, broa e sangria

Alojamento

TERÇA-FEIRA – 09 | 02 | 16

08h30 às 10h00 – Pequeno-almoço buffet



Centro de Férias e Formação

Casal do Zote - Ferreira do Zêzere

Telef.: 249360200 | fax: 249360290

centroferias.formacao@sbsi.pt

SÓCIOS do SBSI | FEBASE e SINDICATOS da UGT

Este Programa só se realiza com mínimo de 40 participantes

N 39°45.978' W 8°19.001' – saída nº22 na A13





Unidos na defesa
de **80.000 trabalhadores**
do setor financeiro